

Uma edição modernizada de um texto histórico politestemunhal: o caso emblemático do mais antigo texto biográfico do Marquês de Pombal sob a perspectiva de um antagonista

Alícia Duhá Lose

Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães

INTRODUÇÃO

O marquês de Pombal é, sem dúvida, uma personalidade que atrai muitas atenções sobre si. Bastante já foi escrito sobre ele e sobre suas famosas reformas, os resultados práticos das medidas implementadas durante sua administração no reinado de dom José I, “pois que as reformas ou medidas decretadas pelo seu famoso ministro, Sebastião José de Carvalho, foram indubitavelmente do mais alto e rasgado progresso social” (Soriano, 1866, p. xiii). Contudo, as qualidades da administração pombalina não são unanimidade: se de um lado há exaltações ao progresso a que levou o reino português, de outro há, também, acusações de excessos e falta de idoneidade.

Depois do falecimento de dom José I, sobe ao trono dona Maria I, acabando com os mandos e desmandos do poderoso marquês que é destituído das funções de primeiro ministro. O reinado de dona Maria I marcou o declínio da carreira do estadista. No entanto, sua memória se perpetua e sua figura e seus feitos geram sempre opiniões controversas.

Como nos lembra Maxwell (2001), para conhecer o marquês de Pombal é impreterível conhecer Sebastião José de Carvalho e Mello. Tal lição já havia sido posta em prática anteriormente por Joaquim Veríssimo Serrão, que escrevera sobre *O marquês de Pombal: o homem, o diplomata, o estadista* (Serrão, 1982, p. 9), iniciando seu texto com as seguintes palavras:

Cada homem tem o seu destino, a marca que soube imprimir aos seus pensamentos e acções, o vínculo mais ou menos relevante que o prende à história. Compreender um itinerário que foi singular, supõe também captar na perspectiva do tempo o ambiente que o gerou. Daí que possam sempre evocar-se a ascendência de família, os bens de fortuna e os

laços sociais para definir com justeza um homem que soube alcançar uma dimensão histórica.

Com a crise da figura do herói, no século XVIII, motivada pela ascensão da razão baseada na filosofia das luzes, o elogio dos grandes homens “[...] evoca claramente os valores que se quer transmitir à sociedade – valores humanitários, de moderação no desempenho das responsabilidades, de criatividade no ofício. [...]” (Dosse, 2009, p. 167).

O marquês de Pombal é uma personalidade histórica propícia a ser objeto de textos de natureza biográfica, como se pode verificar pela vasta literatura existente a seu respeito. Seria, portanto, de se pressupor que já na época se tivessem escrito textos com o intuito de legar à sociedade letrada o seu perfil (para o bem ou para o mal).

Um desses textos, escritos já à época do marquês, se encontra custodiado no Arquivo da Universidade de Coimbra, especificamente na Coleção Jardim de Vilhena e é considerado por nós como o mais antigo texto biográfico escrito sobre o marquês de Pombal.

O texto, certamente, foi escrito ao longo de certo período circunscrito entre o início do reinado de dona Maria I e dom Pedro III e a proximidade do final da vida de Sebastião José de Carvalho e Melo.

O texto ao qual nos referimos foi encontrado em três testemunhos, até o momento, sendo um deles facilmente identificado como original e os dois outros identificados como cópias do primeiro.

O documento está organizado em 86 capítulos – sendo 83 numerados e mais 3 não numerados – que compreendem temas variados, iniciando com o nascimento de Sebastião José de Carvalho e Mello e a sua introdução na corte, até os lutos, nascimentos e casamentos das pessoas reais, perpassando por fatos e ações administrativas que, majoritariamente, contavam com o protagonismo do marquês. O documento trata ainda do estado de Portugal no século XVIII; da reforma da Universidade de Coimbra; do terremoto de 1755 e das providências para reconstrução da cidade; da reforma da marinha; e das querelas entre a administração pombalina e os jesuítas.

Além de as características materiais do manuscrito situarem a produção do documento – tanto o original quanto as suas cópias – em período contemporâneo a Pombal, o autor dessas *memórias* anuncia ter acesso privilegiado aos sujeitos envolvidos. (Magalhães, 2016), além de denotar ter muito conhecimento de causa, citando fatos e documentos que embasaram ações, além de datas e personagens diretamente envolvidos nos fatos.

UM DOCUMENTO, TRÊS TESTEMUNHOS

Nossa história com esse documento será contada considerando a cronologia dos nossos encontros, pois o primeiro testemunho a ser localizado – por um mero acaso – foi, como depois pudemos constatar, o último testemunho a ser produzido, dentre aqueles com os quais lidamos.

Quantos mais testemunhos haverão de ter sido produzidos e distribuídos por todo o reino e colônias, não sabemos. E, caso algum pesquisador se depare com um texto que se assemelhe a esse ora apresentado, vamos agradecer o contato e, se pudermos, analisá-lo-emos com o mesmo cuidado e atenção com que analisamos os testemunhos aqui apresentados.

O CÓDICE 132 DO ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA: O PRIMEIRO TESTEMUNHO LOCALIZADO

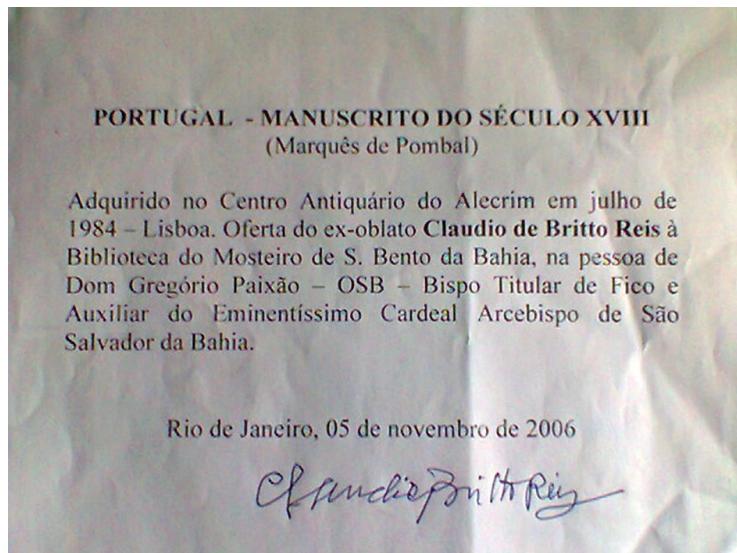
Este testemunho, ao qual chamaremos posteriormente de MSBB, foi encontrado por nós em 2010, após um pequeno incêndio no Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia, em Salvador, Brasil¹, em meio às atividades de sua reorganização.

Alguns alunos de graduação em letras e história e pesquisadores em nível de iniciação científica – modalidade de bolsa de pesquisa existente no Brasil, mas não em Portugal – se deparam com um documento curioso, misturado entre os cadernos manuscritos que diziam respeito à administração do mosteiro beneditino baiano.

O volume manuscrito, que continha na lombada a inscrição “Portugal – Manuscrito do século XVIII”, trazia uma folha impressa encartada na qual se encontrava a informação de que fora doado pelo advogado baiano Cláudio de Britto Reis, em 2006, ao Mosteiro de São Bento da Bahia. Segundo o doador, o manuscrito havia sido adquirido no Centro Antiquário Alecrim, na cidade de Lisboa, em 1984.

¹ O incêndio foi causado por problemas eletrostáticos de um aparelho desumidificador instalado no arquivo.

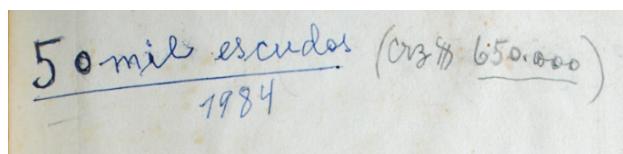
FIGURA 1 – TERMO DE DOAÇÃO DO CÓDICE 132, TESTEMUNHO MSBB



Fonte: registro dos autores.

No verso do último fólio, em escrita posterior, encontra-se o valor pago pelo documento em 1984 (50 mil escudos), e o valor correspondente em cruzeiros no ano da sua aquisição (650 mil cruzeiros).

FIGURA 2 – DETALHE DA ANOTAÇÃO SOBRE O VALOR DO MANUSCRITO



Fonte: registro dos autores.

O manuscrito do mosteiro beneditino apresenta 360 fólios, escritos em recto e verso; mede 223 mm x 317 mm x 48 mm, tendo sua lombada 60 mm. A mancha escrita mede 261 mm x 155 mm no fólio 278r e o papel 300 mm x 210 mm. A encadernação é moderna (século XX, certamente) e de qualidade duvidosa, não condizendo com a importância e a beleza do documento que envolve.

O miolo é composto por papel de trapo de dois fabricantes italianos com significativa circulação em Portugal e no Brasil no século XVIII. Como podemos ver pelas marcas d'água e contramarcas, o primeiro apresenta a figura de um cavalo rampante, com fitas esvoaçantes junto à cabeça e sela no dorso, acompanhado da contramarca principal com o monograma AGC, de Andrea Galvani, fabricante da Itália, Friul, Veneza Júlia, Pordenone, Cordenons.

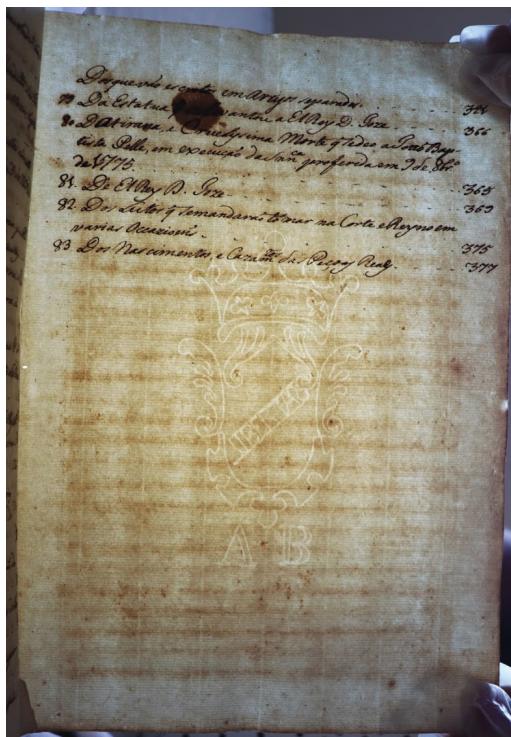
FIGURA 3 – AMOSTRA DAS MARCAS D’ÁGUA PRESENTES NO *CÓDICE 132*



Fonte: registro dos autores.

O segundo papel apresenta um brasão encimado por uma coroa de marquês e uma tarja central, em sentido ascendente, com a inscrição “Libertas” e, logo abaixo, o monograma AB.

FIGURA 4 – AMOSTRA DA MARCA D’ÁGUA COM INSCRIÇÃO
LIBERTAS AB NO *CÓDICE 132*



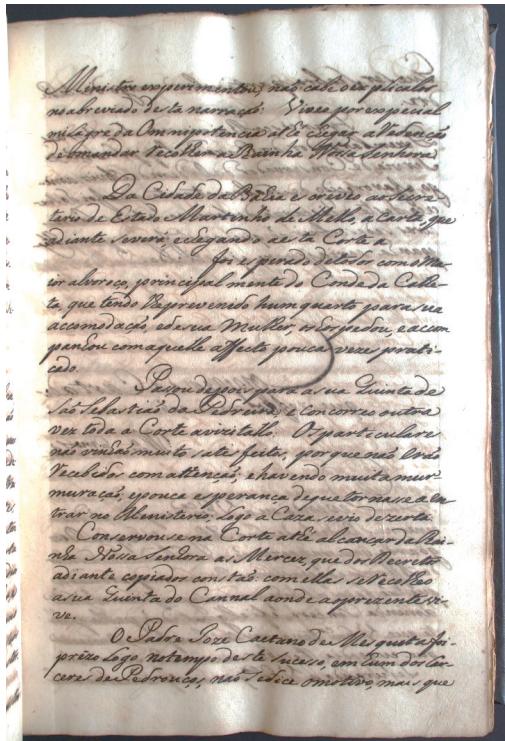
Fonte: registro dos autores.

O miolo não apresenta numeração de fólios, mas, curiosamente, o volume contém um “index” com indicações de números de fólios correspondentes a cada início de capítulo. Tais indicações, como se disse, trazem números de fólios, e não de páginas; indicando quando o capítulo referido inicia no verso. No index há também indicações de localização de capítulos utilizando o termo latino *ibidem*, na sua forma abreviada – *ib.*, curiosamente sempre seguida da indicação *verso*, também na sua forma abreviada.

O estudo paleográfico que realizamos sobre o volume indicou que os elementos constituintes da escrita – *ductus*, peso, inclinação (sempre à direita), módulo, espaço entre linhas e parágrafos, ângulo e forma das letras – mantêm-se regulares em toda a extensão do códice, o que indica ter sido todo o volume produzido por uma única mão – destra e bem treinada nas artes caligráficas, no estilo que hoje chamamos de letra humanística cursiva de modelo inglês. Além da limpeza

do texto, que praticamente não traz rasuras ou vacilações, chama a atenção a regularidade da disposição da mancha escrita no papel, com recorrência absoluta de 29 linhas por fólio, mesmo contando aquelas deixadas em branco.

FIGURA 5 – FÓLIO 25R DO CÓDICE 132, TESTEMUNHO MSBB



Fonte: registro dos autores.

A riqueza de informações e o detalhamento de dados que o manuscrito contém deixava clara a sua importância para a historiografia. Tratava-se de uma memória-crítica, contendo apontamentos de fatos e feitos da administração pombalina, com indicações detalhadas de documentos exarados para cada uma das determinações: ordens, leis, alvarás etc.

Embora, à época do “descobrimento” do manuscrito e ao longo dos primeiros anos de nossos estudos sobre ele, não tenhamos obtido informações que revelassem a autoria mecânica do Códice 132 – ou seja, a mão que segurou a pena e

traçou a escrita do códice – vimos que, por vezes, o autor intelectual se apresentava em primeira pessoa do singular.

O tom crítico dessas *memórias*... é patente em todo o documento, muitas vezes usando o recurso de fazê-las inserindo interpolações.

Por vezes, o autor do texto – que, posteriormente descobrimos ser o cardeal patriarca de Lisboa, dom José de Mendóça – também se posiciona por meio de críticas positivas e elogiosas a outros personagens, como a Diogo Ignacio de Pina Manique.

De modo geral, é fácil perceber que o tom de todo o texto é de grande crítica aos feitos de Sebastião José de Carvalho e Mello. Por exemplo: “No Capitulo [-]² fica mostrado, que para o fim de sassiar a sua ambição Sebastião Jozé, se servia de pessoas da sua confiança, fazendo as perpetuas nos Lugares, que de sua natureza, e de sua creaçao, por elle formada deviaõ ser trienaes, ou annuaes”

Em raríssimos casos, vemos comentários elogiosos ao marquês, geralmente, logo seguidos de nova crítica.

Considerando todos os elementos materiais (papéis sobre os quais está produzido o documento, tintas e instrumentos de escrita utilizadas, traçados das letras e estruturas linguísticas) e considerando ser afirmado textualmente, logo no início do volume manuscrito, que o autor vivia na corte, sendo dona Maria I e dom Pedro III os soberanos, estabelecemos, para esse primeiro testemunho encontrado, a datação *a quo* do documento a partir de 1777, quando inicia sua regência; e o limite *ad quem* o ano de 1786, quando morre dom Pedro III (Magalhães, 2016, p. 20).

Até o ano de 2018, não tínhamos notícias que pudessesem indicar a autoria do manuscrito com o qual estávamos trabalhando ou a existência de outros testemunhos do mesmo texto.

MEMÓRIAS DE EL REY DOM JOZÉ I: O ENCONTRO DE UM NOVO TESTEMUNHO

Durante o levantamento do *corpus* documental do Projeto Pombalia (Pombal Global), localizou-se, no Arquivo da Universidade de Coimbra em Portugal, um volume manuscrito que continha um texto intitulado *Memórias de El Rey Dom Jozé I* (nº 22, depósito IV, secção III, estante 3, tabela 1 do Arquivo da Universidade de Coimbra). À primeira vista, o conteúdo de tal volume

² Utilizamos o código [-] para indicar informação ausente no documento, em todos os testemunhos.

apresentava enorme similitude ao do *Códice 132* pertencente ao mosteiro de São Bento da Bahia, no Brasil.

Sobre a autoria do documento encontrado em Portugal, João de Vilhena afirma, em uma anotação de próprio punho lançadas nas folhas de guarda das referidas “memórias”, que:

Este Codice foi escrito pelo Principal Mendonça que foi Reitor da Universidade de Coimbra e Patriarca de Lisboa e que foi privado do Marquez de Pombal. Escrito por ele e tambem por seu secretario, visto haver duas ou mais caligrafias.

Ele não deu forma de Memorias, mas ia escrevendo ao sabor dos acontecimentos, com a critica dos átos do Marquez e tudo o mais que pudesse interessar.

Havia outro Codice que tinha na lombada o algarismo 2, mas este era um amontoado de cartas dirigidas ao Principal e relações de causas varias. Foi desmembrado e aplicado as suas partes a destinos diversos.

Tenho-me referido a este codice em artigos meus, no Instituto de Coimbra. Em um artigo publicado no nº 2 do volume 85 do Instituto, digo como adquiri este volume.

Joaõ Jardim de Vilhena (*Memórias...*, AUC, folha de guarda volante).

E em artigo publicado em 1933, Vilhena afirma (1993, p. 121), “Quere-nos parecer que essas *memórias* foram escritas pelo principal Mendonça e pertencem ao Bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”.

Essa pertença anterior a d. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho não pode ser, até o momento, por nós comprovada, mas, sobre a autoria do manuscrito, Filipe Folque de Mendóça (2010, p. 203) vai mais longe e afirma reconhecer a caligrafia de dom José de Mendóça como uma das mãos que produziram o documento:

Este códice de memórias do Cardeal-Patriarca Dom José de Mendóça foi iniciado a partir de 1777, já no reinado de Dona Maria I, como ele próprio refere no capítulo 6º – [...] nem a Princeza, nem o Senhor Infante Dom Pedro, hoje nossos Amabilissimos soberanos, [...]. Estas memórias foram escritas ao longo de um grande período de tempo, pelo menos até cerca de 1793, ou mais ainda, talvez até 1799, pois para o fim a caligrafia do Cardeal vai-se deteriorando cada vez mais.

Para além da caligrafia do Cardeal, existem mais duas diferentes, provavelmente de seus secretários.

Com base nessas informações de Jardim de Vilhena e de Folque, fizemos uma análise detalhada do volume das *memórias*... para verificar a correspondência entre os textos e para que se pudesse estabelecer se se tratavam de dois testemunhos do mesmo texto ou cópias parciais de um ou de outro; comparando ainda, mesmo que Folque (Mendóça, 2010) já o tivesse feito, as características da caligrafia do cardeal patriarca com as do documento da Coleção Jardim de Vilhena. Essa análise nos possibilitou perceber, inclusive, qual a relação cronológica entre os testemunhos, verificando, sem sombra de dúvidas, que o manuscrito que pertenceu a Jardim de Vilhena é anterior ao *Códice 132*, do mosteiro beneditino baiano.

O COTEJO ENTRE OS DOIS PRIMEIROS DOCUMENTOS LOCALIZADOS

As semelhanças entre os *Códice 132*, do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, e as *Memórias de El Rey Dom Jozé I*, do Arquivo da Universidade de Coimbra, são ostensivas e, para fins de verificação e confirmação de tratar-se do mesmo documento, em caráter inicial, elegemos o *index*, presente em ambos, como amostra de comparação, considerando que seria possível verificar em que medida tanto o texto quanto o conteúdo dos documentos corresponderiam entre si.

Nesse cotejo, percebemos que há pouquíssimas discrepâncias entre um documento e outro, a maioria provavelmente deriva de *lapsus calami*, e não se refere ao conteúdo, e sim, tão somente, à forma. Os capítulos são os mesmos, estão, em sua grande maioria, na mesma ordem e têm o mesmo teor, como podemos ver a seguir.

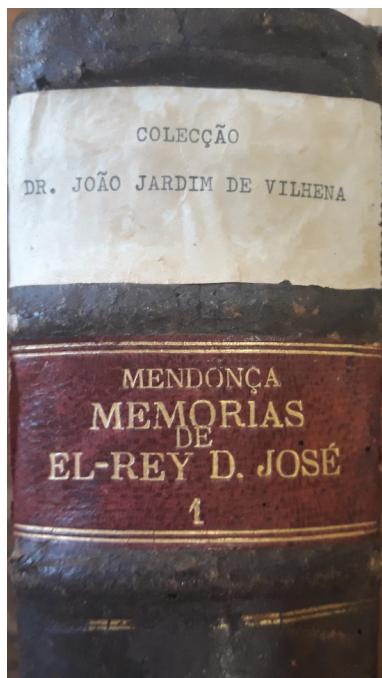
O cotejo entre os *index* do *Códice 132* e das *memórias*... evidencia a correspondência entre as amostras textuais, corroborando tratarem-se de dois testemunhos de um mesmo texto.

Para saber qual seria a relação de hierarquia entre eles, foi feita uma análise exaustiva, cotejando integralmente os dois testemunhos. As características materiais das *memórias*... deixam evidente que o documento do Arquivo da Universidade de Coimbra é produção anterior ao *Códice 132* e a ele deu origem, indiretamente, como veremos mais adiante.

MEMÓRIAS DE EL-REY D. JOSÉ I

O documento custodiado pelo Arquivo da Universidade de Coimbra é um livro manuscrito organizado em cadernos solidários por costura e encadernação, medindo sua capa 210 mm x 325 mm e a lombada 70 mm. Essa última possui 7 nervuras, contendo uma etiqueta branca, em papel, na primeira entrenervura, em que se lê: COLECÇÃO // DR. JOÃO JARDIM DE VILHENA; na segunda entrenervura, uma etiqueta, em couro atanado vermelho, em que se lê: MENDONÇA // MEMORIAS // DE // EL – REY D. JOSÉ // 1.

FIGURA 6 – DETALHE DA LOMBADA



Fonte: registro dos autores.

Na última entrenervura está afixada uma etiqueta do arquivo indicando a cota do documento no acervo da instituição:

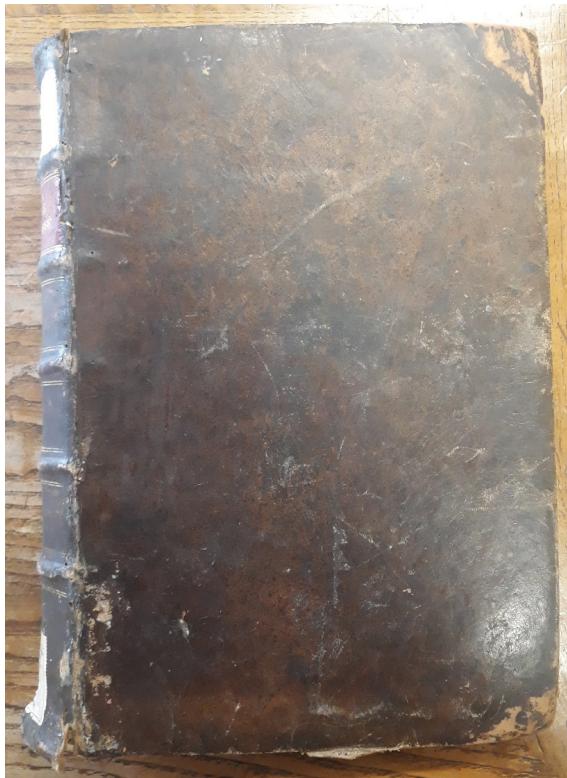
FIGURA 7 – DETALHE DA ETIQUETA CONTENDO A COTA DO DOCUMENTO



Fonte: registro dos autores.

A encadernação é feita em couro e já está bastante desgastada. Há marcas nas duas pastas que sugerem a preexistência de cantoneiras. Apresenta escrita posterior autógrafa de João Jardim de Vilhena na folha de guarda e na guarda falsa, bem como na falsa retaguarda. Colado à folha de retaguarda, consta um outro manuscrito, a que o mesmo João Jardim de Vilhena atribui ao marquês de Pombal.

FIGURA 8 – CAPA DO MANUSCRITO DAS *MEMÓRIAS...*



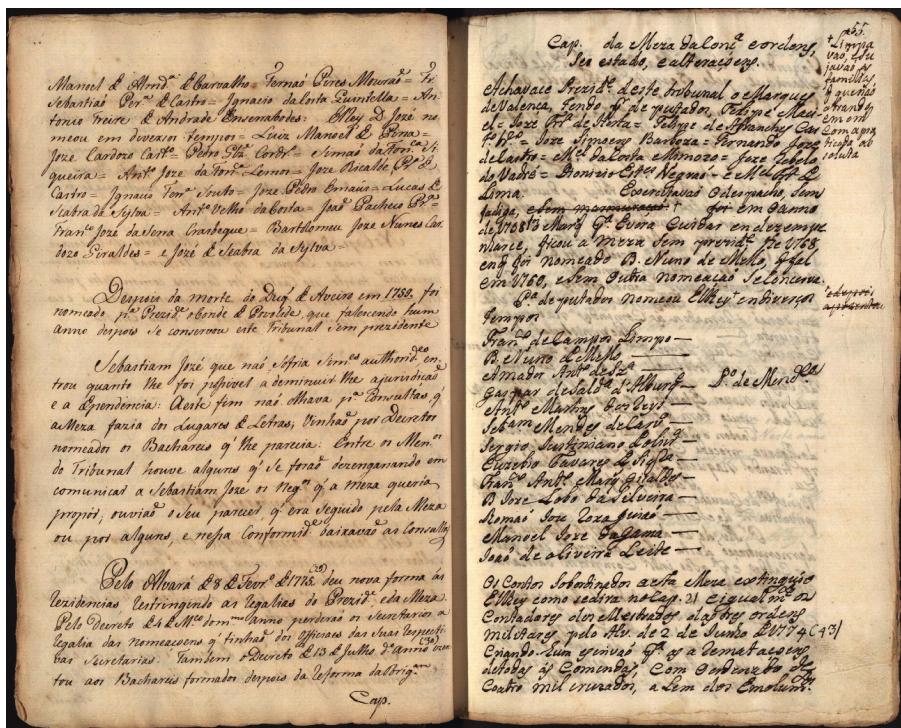
Fonte: registro dos autores.

Diferentemente do testemunho do mosteiro, esse códice apresenta numeração de fólios. No entanto, falta o fólio 82. Após os fólios 236 e 240 há fólio com ângulo mutilado. Não há o fólio 288; de 289 pula-se para 294. O fólio 295 foi numerado como 296, número que se repete no fólio seguinte. Entre 296 e 296 há duas folhas de dicionário soltas, em que se relatam os “Terramotos que se tem havido em Lisboa desde que ha noticias escriptas” e o “Suppicio de João Baptista Pelle”.

Entre os fólios 14 e 15, encontra-se, colado, um pequeno recorte de jornal contendo uma genealogia do marquês de Pombal.

As memórias... são apresentadas em um volume composto por vários papéis de trapo com qualidades, tamanhos e colorações diferentes. Como se pode perceber através das imagens a seguir:

FIGURA 9 – AMOSTRA DE PAPÉIS DO VOLUME MEMÓRIAS...



Fonte: registro dos autores.

240
237

<i>Magna das Primas q' havia em Portugal nos annos 1761, 1762, e 1763</i>		
1761.	1762.	1763.
Infanteria - 12.600. Lvtas - 3.000. Inf - 2200. Lvtas - 630. Inf - 2200. Lvtas - 630.	2250.	2250.
Artilharia - 600.	600.	600.
Marinha - 1200.	1630.	1630.
Juizes - 1600.	1600.	1600.
Vizinharia - 870. Lvtas - 400. Inf - 1000. Lvtas - 200.	6000.	5.2000.
Inglaterra -		
<i>Total</i> - 14.400 - 3.000 - 14.870 - 8.950 - 14.855 - 4.200		

17 Cavalos, 100 Génegos, das Primeiras Planas e. usais e numero 237

Do Marshal General o Duque de Lissabon

Conhecia bem este myr q' o General Portuguez por falta d'expansões ameaçava qualchez Corpoz governarem q' se acho q' havia no desporto. Comeu auctor de Mello q' q' d'acord com o secretario Ingles Stephen General q' era chefe governo e secretario Portuguez deputado foi legado obreto ultimato da Lissabon q' auxiliando elementos obteve a desfachada de Pombal o 1762. Neste o Pombal fez estavas suas preparadas as cores da Guineta do D. Est. George com tam o Encruzado. Q' havia isto aquelloz obreto j' se viveram com amanha grandeza, q' n'q'pouz q' aquelloz jogos de Ceara Real Regnante.

Na Secretaria da Guerra da Cork e Londres e Lavora o Secretario da da q' o Mayo 1762 emq' de beham q' os Oficiais & Genuas q' o Oficio d'Olhos e das Bestas prepararam a Corrida a Elles q' o Portugal nos dias Exercitos, Jornais para o rei portuguez pelo Reino da Algarve q' prezavham os Oficiais & Genuas Portuguezas d'equal qualidada.

<i>Marcheis Campeas</i>	<i>Senhores Campeas</i>
George Langam ou Spudane	James Madan
John Chappell, ambar Apst	Robert Green
Wilfred Kene	Brande Vaughan
Brigadier	James Wintrephen
George Cane, Lord Leman	James Momy
John, the Spudane	Lord Lee
Charles Staunton, ambar Apst	George Vane
Studente L'Ordon	George Maitland
Guthrie Hall, j' r'le L'Ordon	Robert Wrio
John a Shandie, j' Primeiro	John Wrio
John, j' r'le L'Ordon	Johnstone, Thorp
James Somers, j' r'le L'Ordon	Wages Rachel
Thomas Somers, j' r'le L'Ordon	John Bruce
John Somers	John Maitland
Major Mervyn, Brigado	Horatio Colburn
James Foxes	Ernesto Ann Blao
Cavaleiros da Infantaria	David Smith
George Hamptow	George Hamptow
Peter Bennet	George Mary de Infante
John Bay	George Collio
Peter Paston	John Seton
	Johnstone Ballartian
	Stephen Brigand
	Robert Langford
	John lace, George Somer
	John Maitland
	George Westcott

Fonte: registro dos autores.

Pela variação de papéis, no miolo das *memórias*... encontramos diversas marcas d'água de famosos papeleiros italianos com grande circulação em Portugal no período em que situamos a produção do texto (de meados ao final do século XVIII).

Não apenas as histórias desses papeleiros, mas, em especial, a profusão de documentos que encontramos ainda hoje nos acervos portugueses e brasileiros forjados no final do século XVIII sobre eles, nos ajudam a afirmar que a produção material destas *memórias*... são comprovadamente do período contemporâneo a Pombal e a dom José I.

Vemos, a seguir, algumas marcas d'água, contramarcas e marcas complementares ou secundárias presentes nos papéis utilizados para produzir o código do Arquivo da Universidade de Coimbra.

FIGURA 10 – MARCAS D’ÁGUA PRESENTES



Brasão Libertas AP de Andrea Pollera usado em dois modelos



Touro e Cavaleiro picador, figuras usadas em conjunto tanto por Giovanni Battista Deferrari como por Giovan Battista Quartino



Cavalo rampante, contramarca principal e contramarca de canto de Andrea Galvani

Fonte: registro dos autores.

Além desses, há papéis cujos fabricantes não puderam ser identificados, mas que apresentam elementos muito frequentemente usados como marca d'água de fabricantes italianos fornecedores de papel para o reino de Portugal, como o leão rampante coroado e o galo.

FIGURA 11 – MARCAS D’ÁGUA PRESENTES



Leão rampante coroado

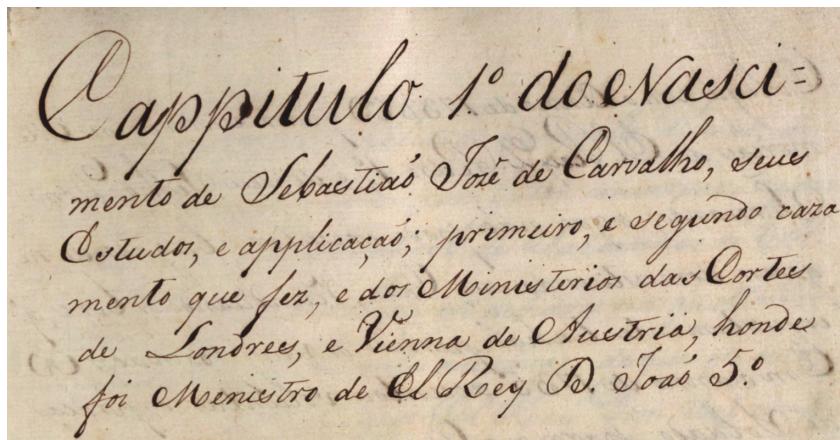
Galo

Fonte: registro dos autores.

A respeito da escrita do documento em si³, é possível perceber a presença de cinco mãos, sendo uma delas, visivelmente, a mão da autoridade, ou seja, aquela que faz emendas – por acréscimos e cancelamentos – e que são assimiladas no texto passado a limpo, como veremos adiante.

O *scriptor* 1⁴ apresenta uma escrita caligráfica, elegante, com inclinação dextrógrada, hastes longas e retas.

FIGURA 12 – *SCRIPTOR* 1



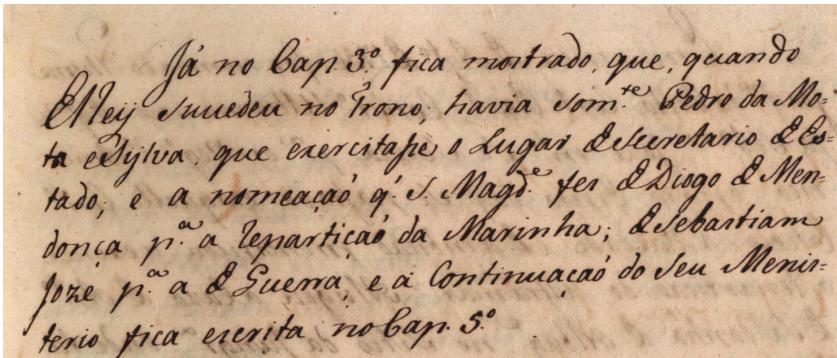
Fonte: registro dos autores.

O *scriptor* 2 também apresenta uma escrita caligráfica, embora menos elegante, com mais ligaduras e nexos e menor contraste entre o corpo da letra e as hastes.

³ Mais duas mãos compõem o códice, de maneira geral: a que produz o documento posterior anexado ao final da encadernação, e a escrita, nas folhas de guarda, de Jardim de Vilhena. Ambas são desconsideradas, pois não fazem parte da composição do miolo do documento aqui analisado.

⁴ Identificados os *scriptores* com numeração arábica crescente pela ordem de aparecimento de cada um na produção do texto.

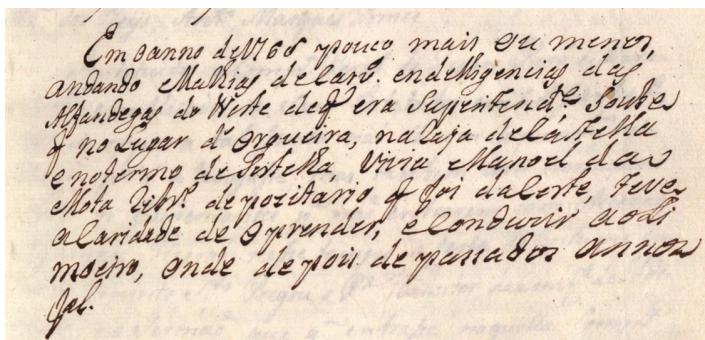
FIGURA 13 – *SCRIPTOR 2*



Fonte: registro dos autores.

O *scriptor 3* apresenta uma escrita deselegante, por vezes claudicante, com tendência à inclinação ascendente em relação à pauta de escrita.

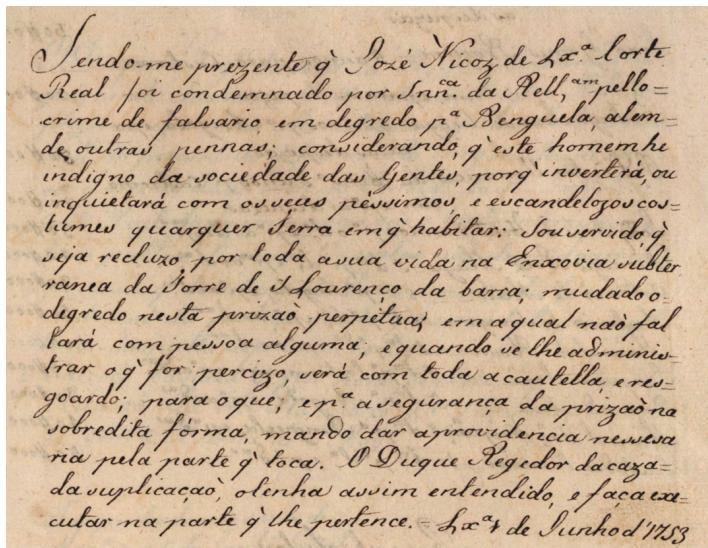
FIGURA 14 – *SCRIPTOR 3*



Fonte: registro dos autores.

O *scriptor 4* apresenta uma escrita caligráfica, de modelo redondo, elegante, com pouca inclinação e pouca cursividade, inclinação dextrógira; hastes curtas e retas. Ele escreve apenas um fólio e meio.

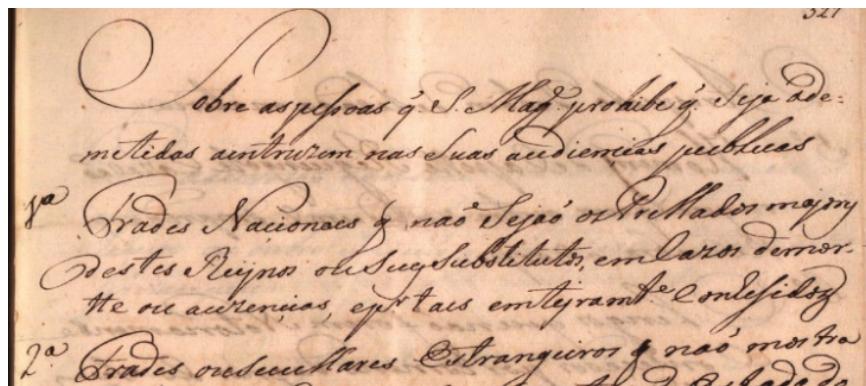
FIGURA 15 – SCRIPTOR 4



Fonte: registro dos autores.

O scriptor 5 apresenta uma escrita caligráfica, elegante, com inclinação dex-trógrada, hastes longas e curvas. Ele escreve apenas 3 fólios.

FIGURA 16 – SCRIPTOR 5



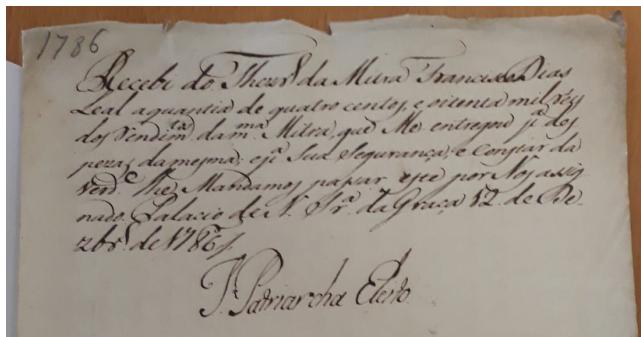
Fonte: registro dos autores.

UM DOCUMENTO AUTÓGRAFO

Com vistas a confirmar a autoria do documento que Jardim de Vilhena havia indicado como sendo do cardeal patriarca José de Mendóça, consultamos documentos do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa para pesquisar amostras da escrita do patriarca e de seus escrivães.

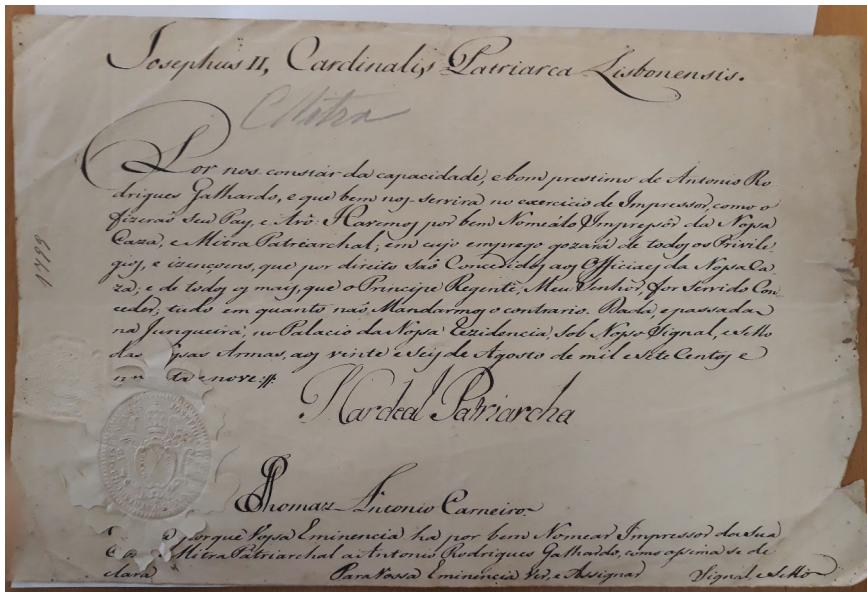
Foram consultadas caixas de documentos referentes a “Decretos e provisões e editais” cronologicamente localizados entre 1788 e 1820. Dois dos documentos vistos apresentaram dados relevantes para a investigação, a saber: 1. Caixa 1: 1786, Dezembro, 12. Nota do patriarca eleito de como recebeu a quantia de 480.000 reis dos rendimentos da Mitra que o respetivo Tesoureiro, Francisco Dias Leal [lhe] fez entregar; 2. Caixa 2: 1799, Agosto, 26: Carta de nomeação para Impressor da Casa e Mitra Patriarcal a favor de António Rodrigues Galhardo. Em ambos os documentos é possível ver a assinatura do Cardeal.

FIGURA 17 – CAIXA 1: 1786, DEZEMBRO, 12. NOTA DO PATRIARCA



Fonte: registro dos autores.

FIGURA 18 – CAIXA 2: 1799, AGOSTO, 26: CARTA DE NOMEAÇÃO

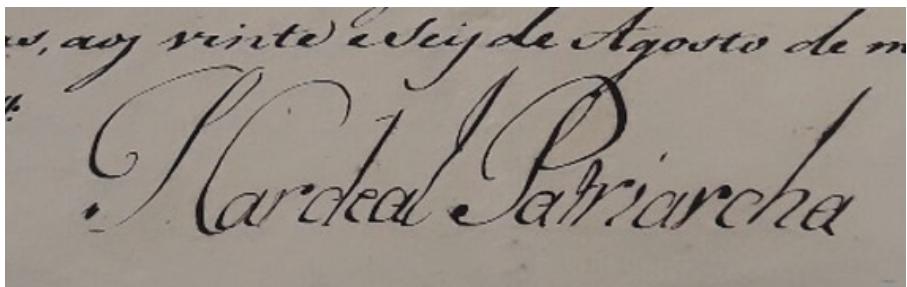


Fonte: registro dos autores.

Ambos são documentos diplomáticos *stricto sensu*, e um deles ainda apresenta, no selo de papel cortado, a marca de validação, além da assinatura.

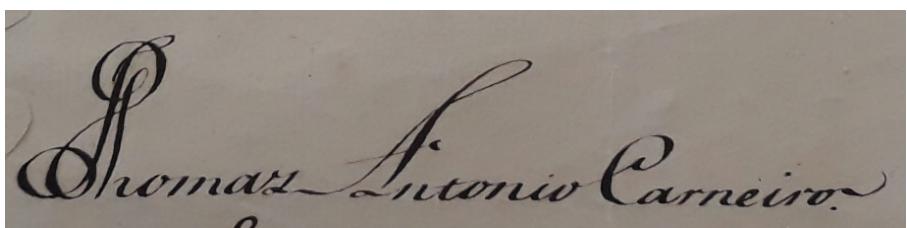
Os documentos elencados dão mostras da escrita de dom José de Mendóça, constituídas apenas pelo seu sinal em raso, já que ambos são escritos por outras mãos e apenas assinados pelo cardeal patriarca (Figura 19). A carta de nomeação, mais particularmente, para além disso, revela a autoria de sua escrita, por Thomaz Antonio Carneiro (Figura 20), que se identifica e a assina.

FIGURA 19 – ASSINATURA DO PATRIARCA



Fonte: registro dos autores.

FIGURA 20 – ASSINATURA DE THOMAZ ANTONIO CARNEIRO



Fonte: registro dos autores.

A exígua amostra de escrita do patriarca limita as possibilidades de análise, mas não impede que sejam observados elementos suficientes para obter informações sobre a escrita, levando em consideração, em primeira instância, que as amostras **são** provenientes da assinatura do patriarca e não de um contexto de produção textual.

O primeiro procedimento adotado foi a identificação das variantes grafemáticas utilizadas pelo patriarca. Feito o levantamento, alguns grafemas chamaram a atenção por manifestarem particularidades que os individualizam e permitem aproximar-los daqueles utilizados pelo *Scriptor 3* nas *memórias*... Assim, elaboramos o quadro comparativo a seguir, explicitando tais aproximações. Dessa forma, pudemos comprovar que os elementos constitutivos da escrita – módulo; ângulo; *ductus*; peso; altura; cursividade; ligaduras – são idênticos, como se pode ver a seguir:

QUADRO I – COTEJO ENTRE A MÃO DO PATRIARCA E O *SCRIPTOR 3*

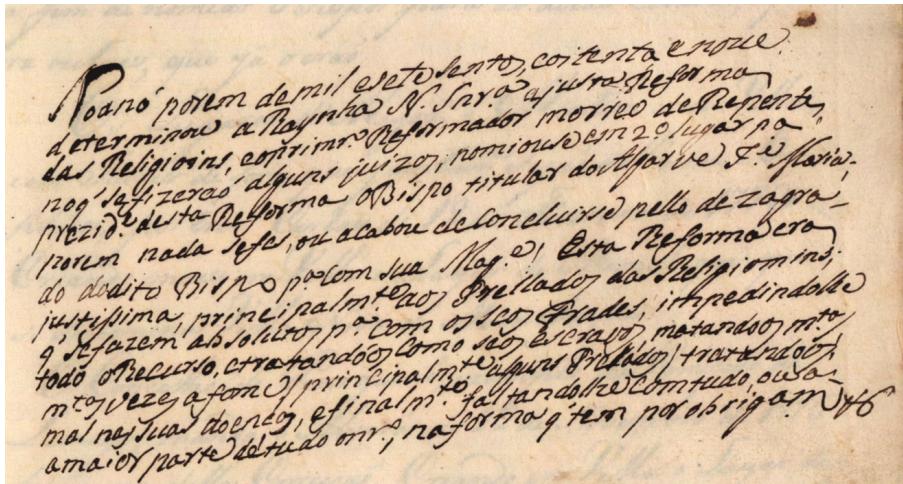
Patriarca	<i>Scriptor 3</i>	Descrição
		<a> minúsculo redondo, executado com apenas um traço e com ponto de ataque levemente separado da parte superior da haste.
		<a> minúsculo redondo, executado com apenas um traço e, no ponto de ataque, um traço à esquerda, inserido no corpo (na barriga) da letra.
		<d> minúsculo executado com dois traços; um fazendo o corpo (a barriga) da letra e outro fazendo a haste, que apresenta, no ponto de ataque, um pequeno traço para a esquerda.
		<t> minúsculo executado com apenas um traço para o corpo e o corte, ocasionando uma laçada na metade superior da letra.

Fonte: elaborado pelos autores.

As semelhanças apontadas em tal amostra **não deixam margem a dúvidas de que a mão que produziu os sinais rasos do patriarca é a mão do *Scriptor 3* das memórias...** Essas mesmas características podem ser vistas ao longo de todas as anotações produzidas por ele nas *memórias*.... Independentemente da mudança de instrumento, da porosidade ou lisura do papel, e de possíveis questões situacionais que interferem na execução gráfica, os elementos básicos constitutivos da escrita, já mencionados acima, se mantêm inalterados.

Como já dissemos anteriormente, Folque (Mendóça, 2010, p. 203) comenta que “Estas memórias foram escritas ao longo de um grande período de tempo, pelo menos até cerca de 1793, ou mais ainda, talvez até 1799, pois para o fim a

caligrafia do Cardeal vai-se deteriorando cada vez mais". E parece ter razão, pois a variação na qualidade de execução gráfica da mão do autor é evidente, como se pode ver no excerto a seguir:

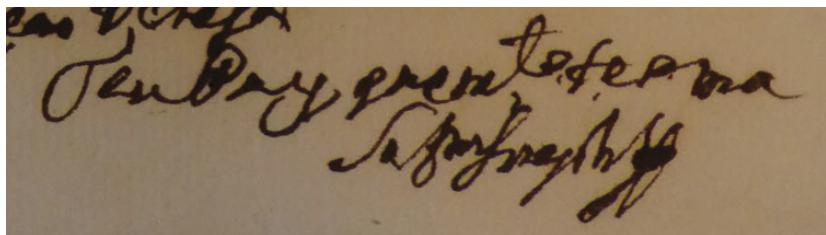
FIGURA 21 – *SCRIPTOR 3*

Fonte: registro dos autores.

Embora saibamos que vários fatores podem interferir na qualidade de execução gráfica – como, por exemplo, circunstância e situação da escrita; local de apoio e base para escrita; tempo utilizado para fazê-la; qualidade do suporte e do instrumento, entre outros –, tendemos a concordar com Folque de que a variação do traçado do patriarca se deve à claudicância da mão.

Outro elemento importante a ser analisado quando nos detemos na escrita do patriarca – o nosso *Scriptor 3* – é o linguístico. A relação entre a quantidade de poder de uma pessoa e a qualidade grafemática e linguística de sua produção escrita não é necessariamente direta e proporcional. Pelo contrário, é comum vermos escritos produzidos por homens muito poderosos que, pelos parâmetros de habilidade de escrita, seriam considerados como mãos inábeis. Haja vista a nada caligráfica e deselegante letra do marquês de Pombal. O homem mais poderoso de seu tempo, certamente foi a cabeça pensante por trás de milhares de textos, mas sua mão produziu uma quantidade infinitamente inferior de escritos.

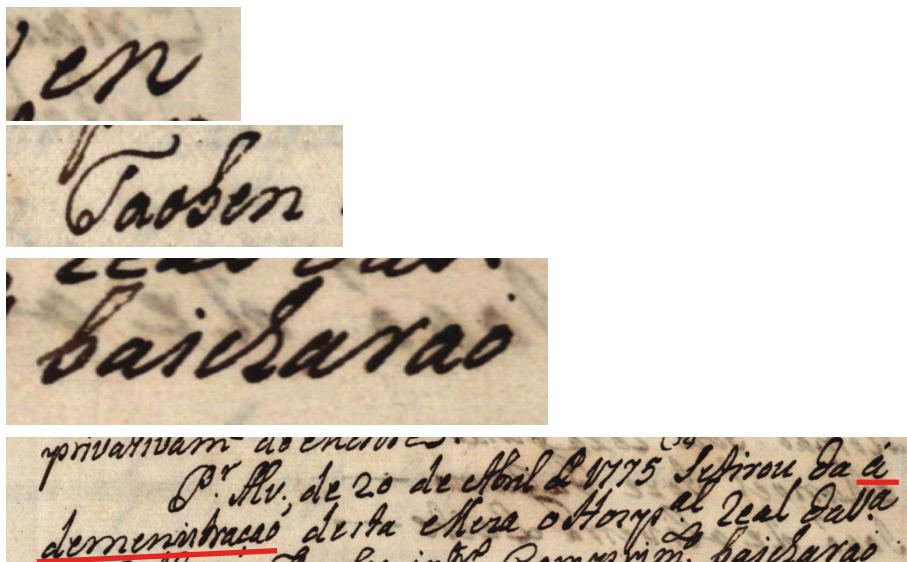
FIGURA 22 - LETRAS DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELLO EM SAUDAÇÃO
FINAL EM UMA CORRESPONDÊNCIA ESCRITA A SEU FILHO



Fonte: registro dos autores.

No miolo das *memórias...*, a escrita produzida por dom José de Mendóça é a que mais se distancia – entre todos os *scriptores* que produzem o documento – das normas linguísticas e ortográficas já existentes e vigentes no período de produção do documento. Vemos, por exemplo, o uso sistemático feito por ele da <n> ao final de palavras; vemos também o uso ocasional de <ch> por <x>; a presença de hiper e hipossegmentação pouco usuais, entre outros:

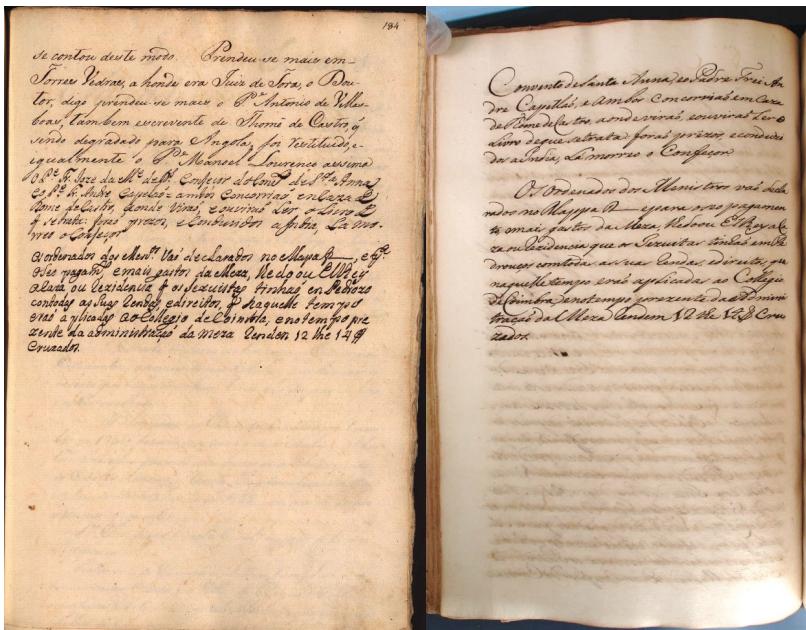
FIGURA 23 – AMOSTRAS DE ESCRITA DO SCRIPTOR 3



Fonte: registro dos autores.

As *memórias...* do Arquivo da Universidade de Coimbra, além de apresentarem a interferência de diversas mãos, como vimos, apresentam lapsos, vacilações, correções, emendas e acréscimos. Quase todos os movimentos de correção presentes nas *memórias...* foram assimilados na escrita do *Códice 132*, o que denota que este é uma versão posterior e aprimorada daquele.

FIGURA 24 – COMPARAÇÃO ENTRE O CÓDICE 132 E AS MEMÓRIAS....
ACRÉSCIMOS DO SCRIPTOR 3 ASSIMILADAS NO CÓDICE 132

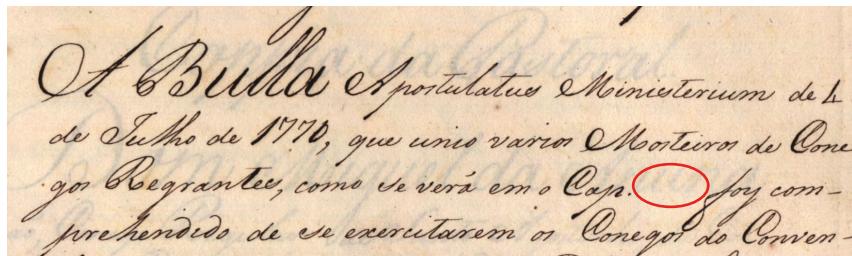


Fonte: registro dos autores.

O cotejo entre os dois testemunhos deixou claro que há uma relação de hierarquia entre ambos, sendo as *memórias...* o documento anterior, provavelmente original, usado para produzir o *Códice 132* que se constitui, como dissemos, de uma versão passada a limpo das *memórias...* No entanto, apesar de ser uma segunda versão, o *Códice 132* ainda traz incompletudes, com espaços

deixados pelo *scriptor* para complemento de informações que não chegaram a ser incluídas.

FIGURA 25 – EXCERTO DO CÓDICE 132



Fonte: registro dos autores.

Traz também números entre parênteses, acrescentados pelo patriarca e assimilados pelo Códice 132. Essa numeração vai de 01 a 115 e deixa de ser acrescida nas memórias... no fólio 92r. Por vezes, também, são postos apenas parênteses em branco. Tanto os números entre parênteses quanto os parênteses em branco são assimilados pelo Códice 132. Também no fólio 213 (recto e verso) das memórias... há indicações, entre parênteses, de letras que vão de (a) a (h), mas que não encontram correspondência ao longo do documento.

Nosso palpite é de que esses números inseridos posteriormente se refeririam a documentos complementares às memórias... No entanto, deles não se teve notícias até o momento e, portanto, a motivação da presença desses insertos não passa de especulação de nossa parte⁵.

⁵ Por não encontrarmos correspondência alguma entre esses números e letras inseridas entre parênteses e outros documentos, optamos por excluí-los da edição aqui proposta.

FIGURA 26 – EXCETO DO CÓDICE 132

Achava-se José Francisco, já com outro desembaraco; tratou seu P^o de casalo: Nuno de S^oren^a, prezado no Forte da Tanguera, casado com D. Maria da Silveira (9) tive dores fílho, e huma filha, que mandou predir a sua May, que promptamente lhe deu o sim, fiada de que esta aliança devese algum alívio a seu marido, e que a Execu^cão. que lhe faria o filho illegítimo de seu P^o Dom Braz da Silveira, tivesse algum remédio: nessa parte o experimentou, (10) mas não seu marido Nuno de S^oren^a, que no-

Fonte: registro dos autores.

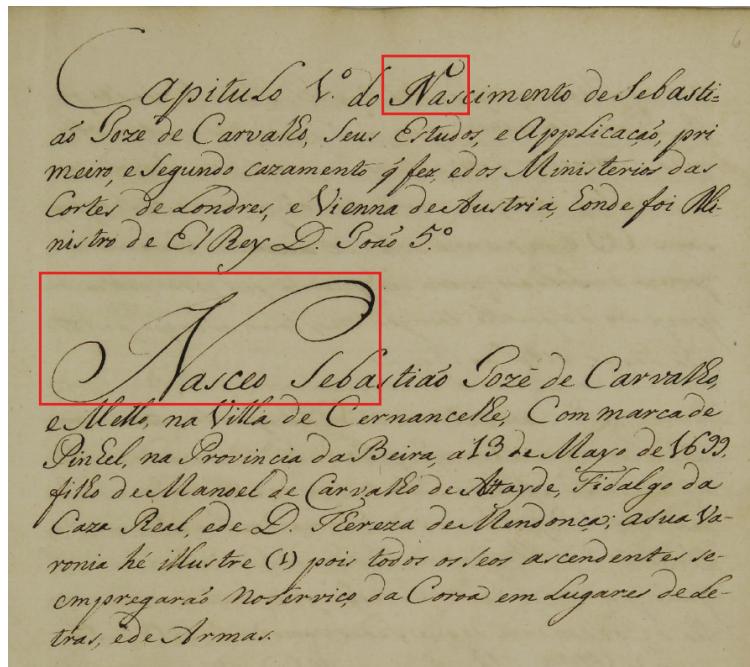
O ENCONTRO DE UM TERCEIRO TESTEMUNHO

Depois de muito tempo de trabalho com o objetivo de preparar uma edição das memórias... a partir do cotejo entre os dois testemunhos, descobrimos, também por mero acaso, um documento intitulado *Historia política econômica do reinado do S. Rey D. Jozé I*, na Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, na Universidade de São Paulo (USP). O título basicamente descrevia o documento com o qual estávamos trabalhando. Para nossa sorte, o documento estava integralmente digitalizado e disponível à distância de alguns cliques, já que foi descoberto durante o período da pandemia da covid-19.

Qual não foi a nossa surpresa quando nos deparamos com um manuscrito quase idêntico ao *Códice 132*. O testemunho da USP havia sido produzido,

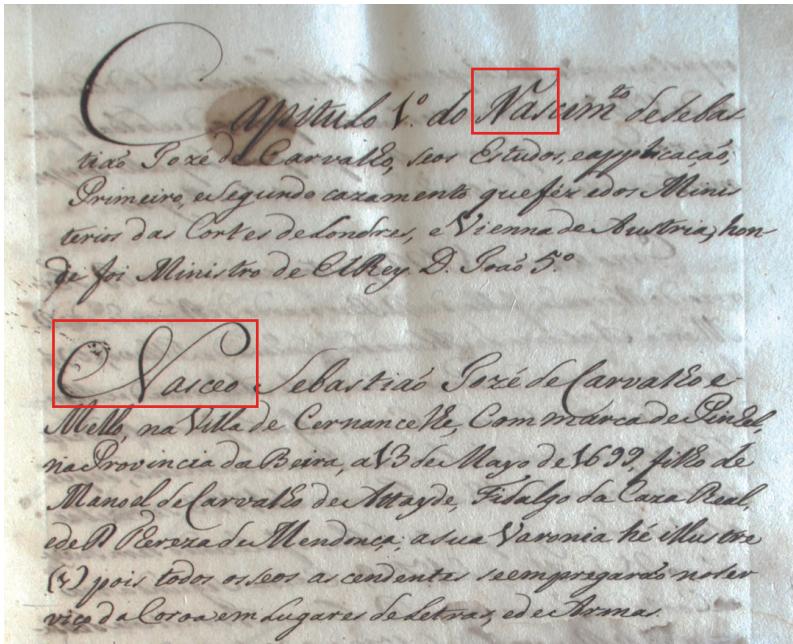
indubitavelmente, pelo mesmo *scriptor* que produziu o testemunho pertencente ao do Mosteiro de São Bento da Bahia.

FIGURA 27 – EXCETO DO TESTEMUNHO DA USP



Fonte: registro dos autores.

FIGURA 28 – EXCETO DO TESTEMUNHO MSBB



Fonte: registro dos autores.

Usando apenas o grafema <N> no seu módulo maiúsculo para fins de exemplo, vemos que o formato das letras é idêntico, inclusive no uso das variantes, que no título se apresenta traçada em ângulos mais retos, na inicial do primeiro parágrafo, apresenta traços mais soltos e arredondados. Optamos, portanto, por identificar esse *scriptor* pelo número 6. Sendo assim, afirmamos, sem nenhuma dificuldade, que o *scriptor* 6 produziu os dois volumes que se encontram em acervos brasileiros.

Essa descoberta de um novo documento nos obrigou a proceder a um novo cotejo para confirmar, mais uma vez, se se tratava do mesmo documento ou de uma cópia parcial deste ou, até mesmo, mais completa que os anteriores.

Assim como havíamos feito anteriormente, elegemos o *index*, presente nos três manuscritos que tínhamos à frente, como amostra de comparação, considerando que seria possível verificar em que medida, tanto o texto quanto o conteúdo, dos documentos, corresponderiam entre si.

Nesse cotejo, percebemos, mais uma vez, a existência de pouquíssimas discrepâncias entre os documentos, a maioria provavelmente derivada de *lapsus calami*.

Para melhor entendimento, destacamos os pontos variantes entre os documentos em negrito e desenvolvemos as abreviaturas presentes em cada um com destaque em itálico para as letras acrescidas por nós; mantivemos também o uso de maiúsculas e minúsculas conforme se encontram nos respectivos documentos.

QUADRO 2 – PONTOS VARIANTES ENTRE OS DOCUMENTOS

Index	Index	Index
Proemio	Proemio	Proemio
1.º Do Nascimento de Sebastião Jozé de Carvalho, seos Estudos, e applicaõ. Primeiro, e Segundo Cazamento que fez: E dos Menisterios nas Cortes de Londres, e Vienna de Austria, onde foi Menistro de ElRey Dom João 5º.	Cappitulo 1º. Do nascimento de Sebastião Jozé de Carvalho. Seus Estudos, e applicação: primeiro e segundo casamento que fez: E dos Menisterios nas Cortes de Londres, e Vienna de Austria, onde foi Menistro de El Rey Dom João 5º.	Cappitulo 1º. Do nascimento de Sebastião Jozé de Carvalho. Seus Estudos, e applicação: primeiro e segundo casamento que fez: E dos Menisterios nas Cortes de Londres, e Vienna de Austria, onde foi Menistro de El Rey Dom João 5º.

Fonte: elaborado pelos autores.

É importante informar que o *proemio*, indicado em todos os *index*, não consta em nenhum dos testemunhos.

Depois, voltamos ao início do trabalho e cotejamos integralmente este outro documento com os dois anteriores e pudemos ter a certeza de que tratarem de testemunhos do mesmo texto.

Em visita presencial à Biblioteca Guita e José Mindlin, nos foi possível fazer uma detalhada análise material do volume e capturar imagens de diversos elementos relevantes para descrição e análise material do código, como já havíamos feito com os demais volumes trabalhados anteriormente.

Este testemunho, ao qual agora chamamos de USP, apresenta 350 fólios, escritos em recto e verso. A encadernação, em couro castanho com salpicos de preto à guisa de decoração, mede 300mm x 210mm. A lombada, redonda, mede 70mm, e apresenta 6 entrenervuras, decoradas com filetes triplos dourados. Na segunda entrenervura, uma etiqueta em couro vermelho com o título dourado em tipos de caixa alta. Na última entrenervura, encontra-se uma etiqueta

(já partida) com um número de cota. Esta última entrenevura, como sói acontecer, está bastante desgastada.

FIGURA 29 – LOMBADA DO TESTEMUNHO USP



Fonte: registro dos autores.

O miolo, feito em papéis de trapo de alta gramatura, mede 295mm x 210mm. Foi produzido com papéis de dois fabricantes italianos também utilizados para produção dos testemunhos encontrados e analisados anteriormente.

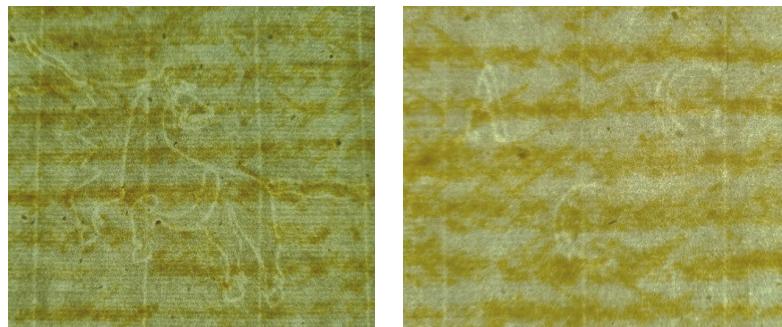
FIGURA 30 – DIFERENÇA DE COLORAÇÃO DOS PAPÉIS QUE COMPÕEM O
MIOLO DO TESTEMUNHO USP



Fonte: registro dos autores.

A primeira parte apresenta marcas d'água de Andrea Galvani, trazendo o clássico cavalo rampante com sela e fitas ao pescoço e o monograma ACG.

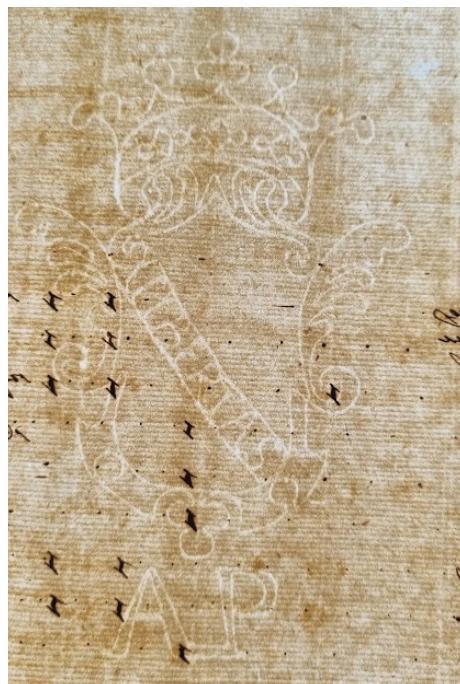
FIGURA 31 – MARCA E CONTRAMARCA DE ANDREA GALVANI NO
PAPEL DO TESTEMUNHO USP



Fonte: registro dos autores.

A segunda parte do miolo é produzido com papéis de Andrea Pollera, trazendo como, marca d'água, o brasão coroado libertas com monograma AP.

FIGURA 32 – MARCA DE ANDREA POLLERA NO PAPEL DO TESTEMUNHO USP



Fonte: registro dos autores.

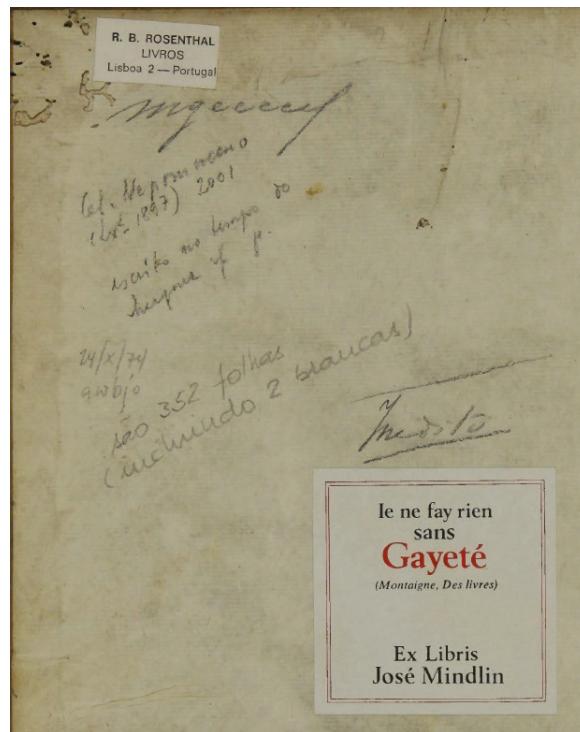
O miolo não apresenta fólios numerados, mas, assim como o testemunho MSBB, o “index” com indicações de números de fólios correspondentes a cada início de capítulo.

O documento é todo produzido por uma só mão, a do *scriptor* 6. O texto praticamente não traz rasuras ou vacilações, tem a mancha escrita disposta regularmente no papel, com recorrência majoritária de 29 linhas por fólio, mesmo contando aquelas deixadas em branco, como também se verifica no testemunho MSBB.

No verso da capa, vemos o ex-libris de José Mindlin e informações sobre a proveniência da obra até compor a sua biblioteca. Há uma etiqueta branca colada, próximo à borda externa, com a inscrição “R. B. Rosenthal / LIVROS / Lisboa 2, Portugal”. E acrescidas algumas informações manuscritas a lápis grafite, por quatro mãos diferentes. Com uma caligrafia, temos as seguintes informações:

“mge[†]⁶l / Inedito”; com outra caligrafia, vemos “Cel. Nepomuceno (Lxa. 1897) 2001 / escrito no tempo do Marquez f. p.”; com a terceira, lemos uma data (talvez referente a alguma aquisição do manuscrito) “24/X/74 / acobjo”; e, por fim, a quarta mão escreve “São 352 folhas / (incluindo duas brancas)”.

FIGURA 33 – ANOTAÇÕES, ETIQUETA E EX-LIBRIS NA PRIMEIRA FOLHA DE GUARDA FIXA



Fonte: registro dos autores.

QUEM DEU ORIGEM A QUEM: O STEMMA CODICUM

Analisando os pontos variantes – conjuntivos e disjuntivos – dos três testemunhos, conseguimos estabelecer o *stemma codicum*, que é o que se apresenta a seguir. Para fins de clareza e adequação da análise estemática, passamos a nos

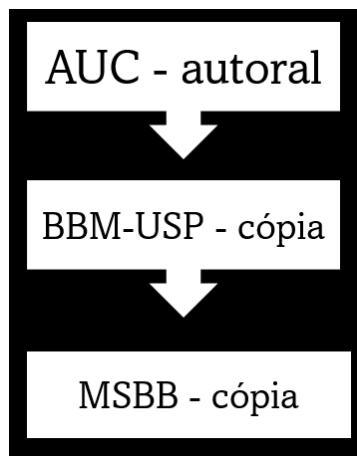
⁶ Código de indicação de escrito não identificado.

referir ao *Códice 132*, do Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia como **testemunho MSBB**; às *Memórias de El Rey Dom Jozé I*, do Arquivo da Universidade de Coimbra como **testemunho AUC**; e à *Historia política econômica do reinado do S. Rey D. Jozé I*, da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, da USP, como **testemunho USP**.

Comprovamos que o testemunho AUC é o primeiro e original, e foi produzido ao longo de alguns anos; o testemunho USP é o segundo e derivou diretamente do original; e, por sua vez, foi a base para o testemunho MSBB. Ambos os testemunhos foram feitos num só lanço e são, claramente cópias. Como já dissemos anteriormente, as duas cópias mantêm as lacunas de informações presentes no original, o que nos impede de considerá-los como textos terminais. Materialmente, situamos ambas as cópias no mesmo período do documento original.

Como não temos, até o momento, notícias de outros testemunhos, é possível que esse documento nunca tenha chegado a sua versão definitiva e completa.

FIGURA 34 – *STEMMA CODICUM*



Fonte: registro dos autores.

A IMPORTÂNCIA INFORMATACIONAL DO DOCUMENTO

Nenhum dos três testemunhos aqui analisados apresenta explicitamente um título para essa obra. Ao que parece, nenhum deles possui encadernação de época e não há folhas de rosto onde pudesse constar títulos para este documento⁷.

Já se discutiu se o texto poderia ser classificado como *memórias*, como *vida* ou como *biografia* (Magalhães, 2016), sem se chegar a nenhuma conclusão categórica. O que é certo é que o tom de todo o relato é memorialístico, trazendo, bem ao gosto iluminista, feitos e datas, com indicações documentais com o intuito de dar caráter de verdade à obra. Muitas vezes pegamos o autor falando em primeira pessoa e se colocando, de forma privilegiada na cena dos fatos.

Embora os testemunhos AUC e USP tenham sido intitulados, nos respectivos arquivos como sendo uma *história* ou *memória* que teria como protagonista o monarca dom José I, chama a nossa atenção que apenas os últimos capítulos, dos mais de 80 que compõem a obra, são destinados efetivamente a este e, curiosamente, tratando de assuntos quase triviais. Assim, o capítulo 81º traz dados biográficos e descreve a compleição física e a personalidade do monarca; aborda a organização do seu tempo entre o trabalho e o lazer, em suas várias residências ao longo do ano; o capítulo 82º trata dos nascimentos e casamentos das pessoas reais; e o capítulo 83º trata dos lutos que se mandaram tomar na corte e reino em várias ocasiões.

Os 80 capítulos anteriores trazem a pessoa do marquês de Pombal como centro das narrativas. É Sebastião José de Carvalho e Mello, seus feitos e efeitos, mandos e determinações – mesmo antes de se tornar o todo-poderoso primeiro-ministro – o real assunto desta obra.

Por isso, não nos custa compreender que esta é uma obra sobre o marquês de Pombal e seu tempo, tendo el-rei dom José I como figura coadjuvante.

Outro ponto perceptível é que esse documento só poderia mesmo ter sido escrito e posto em circulação – o que é indicado pelo fato de terem sido feitas cópias – após a derrocada do marquês, pois o tom de todo o documento é de crítica, fina e, algumas vezes, dissimulada, mas, na maioria dos casos, explícita, direta e comprovada com indicação de documentos.

⁷ Folque (2010) apresenta o título *Memórias do principal e depois Cardeal-Patriarca Dom José de Mendóça, realizadas durante o Reinado da Rainha D. Maria I, relativas ao período do Reinado de El-Rei Dom José I e ao Governo do Marquês de Pombal*, que não conseguimos identificar em que teria sido baseado.

A datação das *memórias...* foi estabelecida, inicialmente, de maneira conservadora, com base nas informações mais latentes presentes no texto, notadamente a regência de dona Maria e dom Pedro III foram as balizas temporais escolhidas. Contudo, esse posicionamento tímido não se sustentou mediante o avanço das investigações sobre o texto.

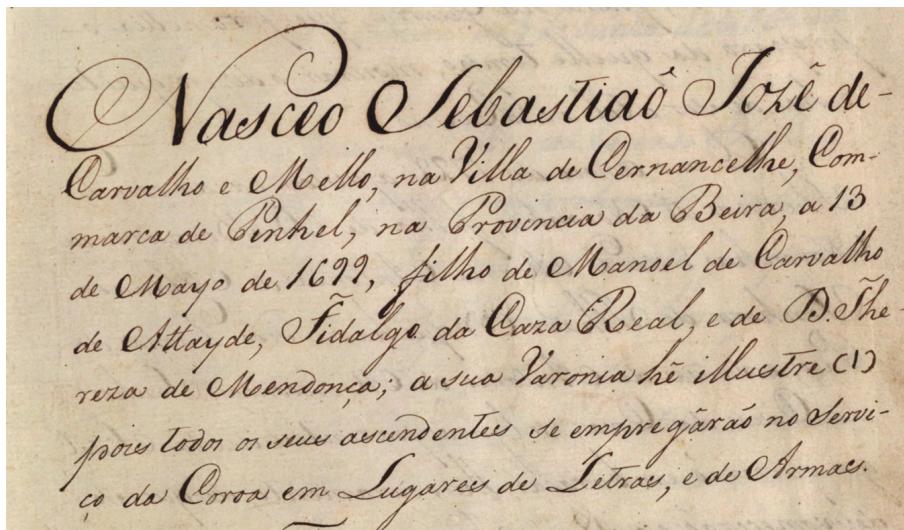
As análises revelaram dados muito significativos que orientaram uma nova abordagem a esse tema. Já havíamos percebido, na análise inicial ao testemunho MSBB que o texto teria sido escrito ao longo de um dado período, mas somente as informações obtidas com a análise dos demais testemunhos conhecidos e com o cotejo entre os textos permitiram dar contornos mais consistentes aos limites temporais para a produção do texto.

O principal elemento que aponta essa datação é a dêxis temporal do elocutório. Relativamente à data de início, não foram identificados, até então, elementos que permitissem sua ampliação. Contudo, a data limite pode ser estendida até 1803, data em que José de Seabra e Silva encontrava-se na Quinta do Canal, conforme indicado nos Registros Paroquiais de Lisboa citados por Miguel Gorjão Henriques (Henriques, 2013, p. 143), considerando a indicação no texto das *memórias...* de que “[...] José de Seabra e Silva se recolheu à Quinta do Canal onde ao presente vive”.

A riqueza de detalhes das informações apresentadas dá ideia da correção e assertividade dos dados presentes nesta obra. São muitas as informações encontradas neste manuscrito, e uma delas muda o curso da historiografia biográfica⁸ de Sebastião José de Carvalho e Mello, indicando como local de seu nascimento a Vila de Sernancelhe, onde ficava a casa de sua família:

⁸ Praticamente todos os textos que trazem dados biográficos são unâimes em situar o nascimento de Sebastião José em Lisboa, tendo como base o registro do seu batismo que teria ocorrido na capital, meses após o seu nascimento.

FIGURA 35 – EXCETO DO TESTEMUNHO AUC RELATANDO O NASCIMENTO DO MARQUÊS DE POMBAL⁹



Fonte: registro dos autores.

Sendo assim, esse documento – em todos os três testemunhos até o momento encontrados – de caráter memorialístico-crítico pode ser situado materialmente e informacionalmente, com toda a segurança, no segundo quartel do século XVIII, produzido por delegação e determinação de dom José Francisco Miguel António de Mendóça, o cardeal patriarca de Lisboa, conhecido também como o principal, e com correções e acréscimos de próprio punho deste, assimilados pelas cópias contemporâneas, muito provavelmente fazendo a obra circular entre as pessoas a quem se endereçava. Portanto, pode-se afirmar que o documento foi produzido ainda em vida do marquês de Pombal, mas depois da diminuição de seu enorme prestígio. Sendo assim, esse seria o mais antigo texto biográfico de Sebastião José até o momento encontrado.

⁹ Nasceo Sebastião Jozé de Carvalho e Mello, na Villa de Cernancelhe, Comarca de Pinhel, na Província da Beira, a 13 de Mayo de 1699, filho de Manoel de Carvalho de Attayde, Fidalgo da Caza Real, e de Dona Thereza de Mendonça; a sua Varonia hé illustre (1) pois todos os seus ascendentes se empregáraõ no Serviço da Coroa em Lugares de Letras, e de Armas. (f. 1r)

UMA EDIÇÃO MODERNIZADA

A despeito da importância destes documentos como base para futuros trabalhos de natureza linguística, a edição preparada para eles é de caráter modernizador, a pedido dos coordenadores do Projeto Pombal Global, dentro do qual este trabalho nasceu.

Assim, considerando a relevância das informações constantes desse texto, a edição aqui apresentada pretende abranger um público amplo. Dessa forma, estabeleceu-se uma edição com ortografia e sintaxe atualizadas para o estado atual da língua portuguesa, considerando a variante europeia para as atualizações ortográficas, em conformidade com o *Acordo Ortográfico de 1990*.

Tratando-se de um documento politestemunhal, depois de um exaustivo cotejamento entre os três testemunhos, como se viu anteriormente, o trabalho de edição considerou a estrutura estemática apontada, em que se sabe que o testemunho AUC é o mais antigo e que dele derivou o testemunho USP que, por sua vez, foi a base para o testemunho MSBB.

Para o estabelecimento do texto, elegeu-se o testemunho AUC, pois, apesar de ser o mais antigo e, portanto, apresentar o texto em uma versão mais primária, é comprovadamente o documento que saiu da lavra do cardeal patriarca dom José de Mendóça, o autor intelectual do documento, que se apresenta também como a mão da autoridade, fazendo correções e acréscimos que são assimilados pelos demais testemunhos.

Os dois outros testemunhos de cópias (o USP e o MSBB) foram usados como complemento no que se refere aos pontos variantes (sejam eles convergentes ou divergentes). Sendo assim, as informações ausentes no testemunho AUC que se encontravam mais completas nos testemunhos USP e MSBB, foram inseridos na edição, com as devidas indicações e com notas de pé de página, informando em qual testemunho se encontrava a informação acrescida. Agindo dessa forma, temos consciência de que criamos um quarto testemunho, de caráter factício, já que apresenta um texto que, provavelmente nunca existiu, no qual se unem todas as variantes de acréscimo encontradas ao longo dos três testemunhos.

Para o estabelecimento do texto apresentado na edição preparada a partir de então, foram seguidos os critérios já estabelecidos pela equipe do Projeto Pombal Global, com alguns ajustes devidos à peculiaridade do material editado.

Assim, a despeito do que possa crer o senso comum, a preparação de uma edição modernizada exige dos editores, cuidado e atenção extremos, além de estabelecimento de critérios exaustivos. Os que foram usados para o estabelecimento

da edição modernizada das referidas *Memórias do Cardeal Patriarca Dom José de Mendóça*, que deverá ser publicado em Portugal ainda em 2024, consideram todos os aspectos dispostos a seguir:

ATUALIZAÇÃO ORTOGRÁFICA GERAL

- redução de consoantes duplas a simples;
- substituição de *y* > *i*;
- introdução de *i* entre *e* e *o* e entre *e* e *a*, em terminações nominais e verbais *ea* > *eia*;
- substituição de *e* > *i* em ditongos *-ae* e *-oe* > *-ai* e *-oi*;
- simplificação dos dígrafos *th*, *ch*, *gm*, *pt*, *sc*, *ch* > *c*, *qu*;
- regularização do uso do *h* segundo a vigência ortográfica atual;
- substituição de *m*, *n* e vogais com til representando vogais e ditongos nasais por til (*certidoens* > *certidões*, *sermam* > *sermão*, *queriaõ* > *queriam*, *estam* > *estão*, *parecião* > *pareciam*, *cõ* > *com*);
- flexão em número, conforme o contexto, das formas verbais *tem/vem* > *têm, veem*, grafadas indistintamente no singular e plural no original;
- substituição de *e* / *i*, conforme o caso (*quasi* > *quase*; *disvelo* > *desvelo*; *mãi* > *mãe*; *defirir* > *deferir*; *infirir* > *inferir*; *destribuiçao* > *distribuição*; *involver* > *envolver*);
- inversão da posição do *r* na metátese *per / pre* (*pertender* > *pretender*);
- substituição de *ou* / *oi*, conforme o caso (*cousa* > *coisa*; *dous* > *dois*);
- acréscimo de *s* no conjunto *sc*, conforme o caso (*florecer* > *florescer*; *crecer* > *crescer*);
- opção pela forma mais conservadora em caso de variantes ortográficas de duplas grafias dentro da variante do português europeu (*carácter* / *caráter*, *sector* / *setor*);
- substituição de formas gráficas peculiares (*sobescrivi* > *subscrevi*; *te* > *até*; *inda* > *ainda*).

ATUALIZAÇÃO ORTOGRÁFICA DE ANTROPÓNIMOS E TOPÓNIMOS

- substituição por formas vigentes atualmente, em caso de nomes portugueses (*Manoel* > *Manuel*; *Antonio* > *António*; *Thomaz* > *Tomás*; *Gouveia* > *Gouveia*; *Joseph* > *José*);

- manutenção de nomes como *Baptista* e *Octávio*;
- manutenção dos nomes aportuguesados quando assim aparecem no documento original (*José Juvency* por *Joseph Jouvency*);

ARCAÍSMOS

- manutenção dos vocábulos caídos em desuso ou considerados arcaísmos, mas que ainda se encontram dicionarizados;
- manutenção das flexões verbais arcaicas, como *teres* para *terdes* (ex.: “Podeis fazê-lo, porém depois de o *teres* advertido”);
- manutenção das formas arcaicas, como comua / comña, impida, estê (= esteja).

MAIÚSCULAS

- no início de frase e de nome próprio;
- na designação de locais ou caminhos (*Rota Romana*, *Caminho de Santiago*)
- na designação de monumentos ou edifícios (*Palácio de Queluz*, a *Torre dos Clérigos*, a *Ponte D. Luís*);
- na designação de batalhas específicas (a *Batalha de Aljubarrota*);
- na designação de tratados, acordos, convenções (o *Tratado de Cateau-Cambrésis*, a *Convenção de Évora Monte*, a *Carta Constitucional*);
- na designação de conjunto de regras, normas e leis ou corpos de direito (*Estatuto*, *Estatutos*, *Decretais*, *Decreto*, *Instituta*, *Pandectas*, *Ordenações*, *Ordenação*);
- na designação de períodos históricos (*Renascimento*, *Descobrimentos*, *Jurássico*, *Século de Ouro*);
- na designação de acontecimentos históricos (a *Restauração*, a *Reconquista*)
- no sentido de assembleia deliberativa (*Cortes*, *Conselho*);
- na referência a um evento determinado (*Tribunal da Inquisição*; *Concílio*, *Conselho*, *Concílio Vaticano II*, *Conselho Geral de...*);
- no sentido de casa nobiliárquica (*Casa de Bragança*, ou apenas *Casa*);
- no sentido de órgão da administração e da ordem (*Conselho de Estado*, *Secretaria de Estado*, *Chancelaria*, *Real Erário*, *Junta dos Três Estados*, *Três Estados*, *Cúria*, *Cúria Romana*, *Casa da Câmara*, *Tribunal da Relação*, *Armada Real*);

- em denominações simplificadas em referência a *Casal da Torre de São Vicente; Câmara Real, Herdade de Bucelas, Igreja Patriarcal (Casal, Câmara, Herdade);*
- no sentido de comunidade de cristãos, corpo social organizado, instituído por Cristo (*Igreja*);
- em nomes próprios do planeta, satélite, astro (*Terra, Lua, Sol*);
- no sentido de pontos cardeais e expressões similares usadas como designações de localidades específicas (*Nordeste*, por nordeste do Brasil, *Norte*, por norte de Portugal, *Meio-Dia*, pelo sul da França ou de outros países, *Ocidente*, por ocidente europeu, *Oriente*, por oriente asiático).
- em pronomes de tratamento solenes (*Sua Alteza, Sua Majestade, Sua Santidade, Vossa Mercê, Sua Excelência, Vossa Senhoria, Eminência*);
- no pronome de tratamento comum, quando referente a Deus ou Jesus Cristo (*Senhor*);
- em nome próprio de instituição de ensino, mesmo quando apenas mencionado o termo designativo de nível (*Universidade, Colégio, Gerais, Faculdade, Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Real Colégio das Artes, Estudos Gerais, Faculdade de Teologia*);
- no sentido de texto bíblico (*Escritura, Escrituras, Sagrada Escritura, Palavra de Deus*);
- em numeração romana (*século XV, tomo II*);
- na designações de obras que não correspondem propriamente ao título, mas que são designações tipológicas (*Arte, Prefação, Dissertação*);
- em expressões como *República das Letras*;
- na designações oficiais das ordens religiosas e ordens terceiras (*Companhia de Jesus, Sociedade Jesuítica, Ordem Terceira de São Francisco, Misericórdia*);
- em termos como *Espírito de Deus, Juízo Final*;
- na designação do móvel onde foram acondicionados os documentos referentes aos “delitos” dos jesuítas (*Armário Jesuítico, Cartório dos Jesuítas*)
- nos dias de festa ou solenidades específicas (*Quarta-feira de Trevas*);
- referindo-se a lista de livros proibidos ou expurgados (*Catálogo, Index*)
- no sentido de governo / entidade / conjunto das instituições (*Estado, Índia Oriental, V Governo Constitucional*);
- nas designações de regimes políticos específicos (*República de Venezuela, República Portuguesa*).

MINÚSCULAS

- em nomes de funções / títulos / cargos (*marquês* – com exceção de Marquês Pombal –, *conde*, *rei*, *el-rei*, *papa*, *geral*, *santo padre*);
- em referência às ordens religiosas quando não se trata da designação oficial (*jesuítas*; *beneditinos*);
- nos nomes dos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente (*no norte*, *no sul*, *vento do norte*);
- nas designações de áreas de saber em geral e designações específicas dos cursos e das cadeiras da Universidade (curso de *leis*, *cânones*, *teologia*; cadeira de *véspera*, *prima*, *filosofia natural*, *lógica*);
- em numerais ordinais junto a nomes próprios (D. João o *terceiro*, D. Filipe *segundo*);
- em partes de obras, seja por extenso seja abreviadas (*parte*, *divisão*, *capítulo*, *livro*, *tomo*, *introdução*);
- em designações plurais, e, portanto, genéricas, (*santos padres*, *padres*, *livros sagrados*, *regulares*, *seculares*, *escolas maiores*, *escolas menores*, *estudos maiores*, *estudos menores*);
- em nomes de instituições de segurança (*exército*, *marinha*);
- nas designações de documentos, mormente régios e eclesiásticos (*alvará*, *apostila*, *carta*, *provisão*, *bula*, *breve*); (nota: exceção em *Bula da Ceia*, *Bula da Cruzada*);
- em designações de atributos divinos e crenças (*mão omnipotente*, *omnipotência*, *Providência*, *fé*, *fé católica*);
- nas designações de regimes políticos genéricos (*monarquia*, *república*);
- nas designações genéricas de regimes administrativos de viés religioso (*cristandade*, *islão*, *turco*);
- no sentido de nação, reinos e estados da cristandade (*estado*).

MANUTENÇÃO DAS ABREVIATURAS

- cap. (capítulo de livros)
- cf. (conferir)
- col. (coluna) / cols. (colunas)
- coord. (coordenação ou coordenador) / coords. (coordenadores)
- ed. (edição ou editor) / eds. (editores)

- fl. (fólio) / fls. (fólios)
- introd. (introdução de)
- mç. (maço)
- *op. cit.* (*opus citatum*)
- org. (organização ou organizador) / orgs. (organizadores)
- p. (página) / pp. (páginas)
- Sept. (Separata)
- s.d. (sem data)
- s.l. (sem lugar de edição)
- s.n. (sem nome de editora)
- ss. (seguintes) [ex. p. 14 ss.]
- t. (tomo)
- trad. (tradução de)
- vol. (volume) / vols. (volumes)
- *Ibid.*
- *Id.*
- *v.g.*
- *e.g.*
- c. (cerca)
- etc. (et cetera)
- séc./ sécs. (século / séculos)
- Fr. (Frei ou Frade)
- P.^c (Padre)
- S. (São)*
- S.^{to}/ S.^{ta}/ (Santo/ Santa)*
- D. (Dom ou Dona)*
- * são desenvolvidas as abreviaturas D. > Dom/ Dona, S. > São, S.^{to} > Santo / S.^{ta} > Santa em nomes de ordens religiosas e edifícios.

As demais abreviaturas presentes no texto original são desenvolvidas, sempre que possível sua decodificação, sem indicação gráfica.

Manter a abreviatura S. mesmo quando atualmente usaríamos S.^{to}, e vice-versa.

RISCADOS, SOBRESCRITOS, EMENDAS

- os segmentos riscados / anulados no documento não são transcritos nem indicados em nota;

- os segmentos inseridos nas entrelinhas serão incluídos na linha principal do texto, no lugar correspondente, sem indicação;
- os segmentos emendados pelo *scriptor* terão sua última versão considerada e apresentada na edição, sem fazer menção à escrita anterior.

SEPARAÇÃO OU JUNÇÃO DE PALAVRAS

- aglutinação ou separação de palavras segundo o uso atual, de acordo com o contexto (*em quanto* > *enquanto*, *em fim* > *enfim*, *de pressa* > *depressa*, *a pesar* > *apesar*, *de baixo* > *debaixo*, *por ventura* > *porventura*; *senão* > *se não*, *tão bem* > *também*);
- manutenção de *da* / *do* quando hoje deveria ser *de a* / *de o*.

APÓSTROFO E ASPAS

- supressão do apóstrofo nos casos em que a contração não é hoje normalmente usada, inserindo-se a vogal elidida; nos outros casos, fez-se a contração;
- havendo necessidade de usá-lo, fazê-lo sem espaço a seguir;
- uso de aspas angulares « » e, dentro de citação já indicada por estas, uso de aspas duplas elevadas “ ”.

LATIM E OUTROS IDIOMAS

- uso de itálico na edição de termos ou trecho em latim e outros idiomas diferentes do usado no texto principal.

SÍMBOLOS EDITORIAIS

- as lacunas de informação no texto são indicadas com hífen dentro de parênteses retos [-], caso não haja proposta de leitura;

- os segmentos acrescentados a partir de outros testemunhos são inseridos entre parênteses angulares < >, acompanhados de nota com a referência do testemunho de onde foram extraídos;
- os segmentos emendados ou acrescentados pelo editor através de conjectura são inseridos no texto editado entre parênteses retos [].

SINAIS, NUMERAÇÃO E SUBLINHADOS

- manutenção do sinal § correspondente a “parágrafo” e/ou “secção”, sem ponto, apenas espaço (ex: § 1);
- manutenção da numeração das partes ou parágrafos que aparece no corpo dos textos;
- introdução de abreviatura do ordinal quando está só o cardinal (*1. parte* > *1.^a parte*)
- manutenção dos sublinhados do texto original.

ANOTAÇÕES ÀS MARGENS

- As anotações marginais, inserem-se em rodapé, dando indicação do local onde se encontram no documento original.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS EM CORPO DE TEXTO EDITADO

- uso de maiúsculas apenas na primeira letra da primeira palavra dos títulos de obras (*História da origem, regras, constituições, aumento, progresso e propagação da Ordem dos Jesuítas*);
- designações de livros bíblicos em redondo se em vernáculo, em itálico, se em latim ou outro idioma diferente do texto principal.

NUMERAIS

- escritos por extenso de um a nove, e em algarismos depois de 10;
- no caso dos números ordinais, devem ser apresentados assim 2.^º/2.^a

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível conhecer a vida e os feitos de Sebastião José, para que se possa compreender o Marquês de Pombal, por quanto um texto biográfico a ele contemporâneo, especialmente quando localizado temporalmente no último quartel do século XVIII, merece ser estudado com o máximo rigor científico (Magalhães, 2016). Não por outra razão, trata-se de um documento politestemunhal e o entendimento da relação que entre os três testemunhos conhecidos impõe-se como incontornável para o adequado entendimento do texto.

O cotejo dos testemunhos permite observar em detalhe os movimentos que conduzem o texto a sua conformação (quase) final e revelam peculiaridades do processo de transmissão. Coextensivamente, a materialidade dos testemunhos revela aquilo que está para além do conteúdo. É essa leitura atenta que permite resgatar informações que de outra maneira permaneceriam jazendo nas páginas empoeiradas dos documentos sobre as prateleiras que os acomodam.

Assim, estamos cientes de que um bom editor deve saber ponderar as características do texto editado para estabelecer critérios coerentes de edição; ser minucioso e coerente na aplicação dos critérios de edição; pensar no seu trabalho para além do seu interesse individual; saber projetar as demandas do público-alvo da sua edição; saber dialogar com diversos públicos para além do âmbito acadêmico; conhecer a estrutura e o funcionamento do fazer editorial dentro e fora no âmbito comercial.

Edições de textos históricos feitas a partir de etapas metodológicas coerentes, leituras e transcrições corretas e aplicação rigorosa de critérios, geram material de qualidade para que muitas outras pesquisas e leituras possam sobre elas se debruçar de maneira confiável. É com essa esperança que realizamos o trabalho aqui apresentado.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTHECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Inventario dos manuscriptos (seocção xiii)*. Collecção Pombalina. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1891 [1889].

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.

GONÇALVES, Marina Furtado. *Fazer e usar papel: caracterização material da documentação avulsa da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro*

(1750-1800). Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. José de Seabra da Silva e a sua família: iconografia e mobilidade social no antigo regime. *Direito e Justiça*, Lisboa, v. 2 n. especial, p. 76-155, 2013.

LOSE, Alícia Duhá; MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa. *O mais antigo texto biográfico do marquês de Pombal sob a perspectiva de um antagonista*. Lisboa: Câmara Municipal de Sernancelhe, 2024.

LOSE, Alícia Duhá. Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam? *Revista da Abralin*, [s. l.], v. 16, p. 71-86, 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/463/456>. Acesso em: 21 fev. 2016.

LOSE, Alícia Duhá. Uma história escrita à mão: edição de documentos históricos brasileiros. In: CARRILHO, Ernestina *et al.* (Org.). *Estudos linguísticos e filológicos oferecidos a Ivo Castro*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2019. p. 779-803. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/39619>. Acesso em: 21 fev. 2016.

LOSE, Alícia Duhá. Ver más allá del texto: análisis material de los Pasquines Sediciosos de la Revolución de los Sastres en Bahía en el siglo XVIII. *Espacio Tiempo y Forma. Serie IV, Historia Moderna*, Madrid, n. 35, p. 71-96, 2022. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/ETFIV/article/view/35755>. Acesso em: 21 fev. 2016.

MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa. “Assumptos profundos de penetrar”: a escrita do Códice 132 do Mosteiro de São Bento da Bahia e um possível novo testemunho. *Travessias Interativas*, São Cristóvão, v. 10, n. 20, p. 313-327, 2020.

MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa. *As mãos que escrevem para o Marquês de Pombal: uma busca pela autoria material do Códice 132*. 2022. 318 p. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa. *Portugal – manuscrito do século XVIII*: edição do Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia. 2016. 831 p. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MAXWELL, Kenneth. *O marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MENDOÇA, Filipe Folque. *O Cardeal-patriarca D. José de Mendóça e a encomenda de obras artísticas (1780-1808)*. 1999. 241 f. Tese (Mestrado em História da Arte) – Universidade Lusíada, Lisboa, 1999.

MENDOÇA, Filipe Folque. *O Cardeal-patriarca de Lisboa Dom José de Mendóça: o homem e o seu tempo (1725-1808)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2010.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Marquês de Pombal: o homem, o diplomata, o estadista*. Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982. 204p.

SORIANO, Simão José da Luz. *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal comprehedendo a história diplomática, militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866. 619 p. Disponível em: https://ia802700.us.archive.org/0/items/bub_gb_EYcDAAAAYAAJ/bub_gb_EYcDAAAAYAAJ.pdf. Acesso em: 21 fev. 2016.

VILHENA, João Jardim de. José de Seabra da Silva: a sua política e seu destino. *O Instituto*. Coimbra, v. 85, p. 117-134.